

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



O ESTADO LIBERAL NO BRASIL: breve perspectiva histórica, social, econômica e política

Vanessa do Carmo Ferreira Jenuário¹
Suely Salgueiro Chacon²

RESUMO

O Liberalismo como modelo de Estado precisa ser compreendido sob as perspectivas histórica, social, econômica e política, pois exclui a própria atuação central do governo, o que deve ser estudado de forma indissociável a própria formação da República Federativa do Brasil, constituída em Estado Democrático de Direito. O objetivo deste artigo é investigar a existência de continuidades e permanências entre uma ditadura e uma democracia, quanto estamos diante do autoritarismo. O estudo justifica-se em razão do contexto político atual e da necessidade de suscitar políticas sociais de esclarecimento quanto ao fenômeno Liberalismo. Conclui-se que entender o que seja política no sistema econômico mundial perpassa por compreender o Estado nacional, a fim de perceber a dinâmica de uma sociedade, projetando-se implicações da origem do Estado Liberal na atualidade.

Palavras-chave: Brasil. Estado. Liberalismo.

ABSTRACT

Liberalism as a State model needs to be understood from the historical, social, economic and political perspectives, as it excludes the very central role of the government, which must be studied in an inseparable way from the very formation of the Federative Republic of Brazil, constituted as a Democratic State right. The objective of this article is to investigate the existence of continuities and permanences between a dictatorship and a democracy, when we are faced with authoritarianism. The study is justified due to the current political context and the need to raise social policies of clarification regarding the Liberalism phenomenon. It is concluded that understanding what politics is in the world economic system involves understanding the national State, in order to perceive the dynamics of a society, projecting implications of the origin of the Liberal State today.

Keywords: Brazil. State. Liberalism.

1 INTRODUÇÃO

A teoria do Estado liberal surgiu com os estudos sobre a formação econômica do Brasil. Destaca-se a política de desenvolvimento sob as perspectivas ideológicas, sociais, econômicas e legais que norteiam a atuação do Estado. Desde a primeira

¹ Pesquisadora e Mestranda da Universidade Federal do Ceará (UFC) pelo Programa de Pós-graduação em Avaliação de Políticas (PPGAPP). Advogada (membra permanente da Comissão de Defesa dos Direitos dos Animais-CDDA) e Especialista em Direito Administrativo e Gestão Pública pela Universidade Regional do Cariri (URCA). E-mail: vanessa1008@alu.ufc.br.

² Professora e pesquisadora da Universidade Federal do Ceará (UFC). Economista e Doutora em Desenvolvimento Regional Sustentável pela Universidade de Brasília (UNB). E-mail: suelychacon@ufc.br.

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



metade do século XVI, o sistema de produção econômica no Brasil, baseado na monocultura latifundiária e pela escassez de mulheres brancas entre aqueles que se diziam “conquistadores” do Pau Brasil, foi condicionado pelas relações interpessoais que se estabeleciam, de forma consensual ou não. A sociedade colonial no Brasil era patriarcal e aristocrática. As relações entre “senhor” e “escravo” excederam a vida sexual e doméstica e se fazem sentir na formação social e política do País.

O conceito de democracia representativa coincide com o surgimento da burguesia, na qual o Poder Legislativo e o Poder Executivo têm poder político enquanto refletem a vontade dos membros individuais detentores de propriedade. A formação brasileira reflete um exercício de equilíbrio de antagonismos das economias agrária e pastoril e das culturas europeia, indígena e africana. Desde a “descoberta” do Brasil o intuito foi de incorporá-lo ao mercado mundial. Afloraram-se divergências sobre a ideia de sociedade e o papel do Estado. Questiona-se se a viabilidade da democracia para aqueles com ideais liberais. O Estado nasce da transgressão da ordem doméstica e familiar, com a figura do “cidadão”, como sujeito de direitos e de deveres. A mudança social depende do ponto de vista sobre o Estado daqueles que detêm o poder de governo.

O moderno sistema industrial estimulou antagonismos de classe. As instituições e as relações sociais passaram a substituir laços de afeto e de sangue. No Brasil, o desenvolvimento da urbanização causou desequilíbrio social que se mantém atual. Persistem dificuldades dos detentores de posições públicas em diferenciar as esferas do privado e do público. No entanto, o Liberalismo Clássico não admite a existência de classes sociais. O sistema de preços seria uma bússola para o livre mercado e a livre iniciativa. A Ordem Econômica deveria permanecer submetida a Ordem Política. A concorrência seria o único método pelo qual seríamos capazes de chegar a um equilíbrio entre a oferta e a demanda.

O tema proposto permeia a Formação do Estado Liberal no Brasil. A problemática de orientação é a seguinte: Quais as influências da Teoria do Estado Liberal na formação histórica, social, econômica e política do Brasil? O problema está

PROMOÇÃO



APOIO





inserido na necessidade de reflexão sobre como as políticas públicas brasileiras estão sendo implementadas a partir da compreensão da relação entre neoliberalismo e governança. Para tanto, o objetivo deste artigo é investigar a existência de continuidades e permanências entre uma ditadura e uma democracia. Reflete-se quanto a estrutura normativa e subjetividades de controle promovidas pelo autoritarismo neoliberal. A justificativa da pesquisa consiste na urgência ao Estado e a sociedade atuais em entender as implicações da inserção do neoliberalismo dentro das políticas públicas e na reconfiguração das instituições do Estado. A governança do capital enfrenta a dicotomia entre desenvolvimento e medidas sociais, promovendo desigualdades e crises da democracia.

O percurso metodológico privilegiará uso da técnica de documentação indireta, abordagem qualitativa, mediante o recurso bibliográfico e sócio-histórico, com o emprego do método indutivo, e será de natureza básica pura, com finalidade teórica e objetivo descritivo. O presente artigo encontra-se dividido em três seções: 2. A Formação do Estado Liberal no Brasil (subtópicos 2.1 As culturas primordiais e a dicotomia entre o “tradicional” e o “moderno”; e 2.2 As Duas Grandes Guerras Mundiais e a transição para o Neoliberalismo); 3. O Liberalismo no Contexto Político do Estado Nacional (subtópicos 3.1 A política liberal de planificação econômica no Brasil; e 3.2 A Cultura de Massa e a Governança como política neoliberal); 4. O Fenômeno Liberalismo no Brasil 2023.

2 A FORMAÇÃO DO ESTADO LIBERAL NO BRASIL

No tocante a formação do Estado Liberal no Brasil, lembre-se que nos primórdios o índio vivia no regime da comunidade primitiva, tribal, e que o africano vivia no regime da comunidade primitiva ou no escravismo e o português no regime feudal. Como cultura em geral, a indígena, que prevalecia, sendo as culturas portuguesa e africana aculturadas. A escravidão criou uma singularidade excludente e perversa, na qual a luta das classes por privilégios e distinções logrou êxito em construir alianças e preconceitos que esclarecem o padrão histórico que se repete nas lutas políticas do Brasil moderno (SODRÉ, 1984).

2.1 As culturas primordiais e a dicotomia entre o “tradicional” e o “moderno”

A cultura é um traço de classe, privativa da classe dominante, que no geral é inculta. A unidade cultural do Brasil deve muito a dois fatores: a língua e a religião. A língua por estabelecer a transmissão da cultura no meio da comunidade. A religião por meio da catequese auxiliar no processo de “colonização”. O objetivo do ensino jesuítico era o recrutamento de fiéis ou de servidores. Quando os jesuítas são expulsos de Portugal e do Brasil em meados do século XVIII, surgem as escolas régias e o ensino nos latifúndios. A reforma na educação inaugura a entrada do Estado nesta esfera (SODRÉ, 1984). Neste estágio social, cabe mencionar a teoria do subdesenvolvimento de Furtado como uma crítica à irracionalidade de um movimento de incorporação de progresso técnico que reproduz continuamente a dependência externa e a assimetria social interna. Compreender o que seja política no sistema econômico mundial perpassa por compreender o Estado nacional, a fim de entender a dinâmica fundamental de uma sociedade (FURTADO, 2005).

O crescimento do Estado tem sido acompanhado de diversas análises acerca de seu papel social, sendo durante o renascimento chamado para executar a tarefa de agir como um mediador civilizador. No entanto, como aparato ideológico, tem contribuição para a hegemonia da classe capitalista. Para as Teorias do Bem Comum o governo tende a servir os interesses da maioria, em exercício do pluralismo político, pois os indivíduos estão implicitamente colocados em um continuum de desenvolvimento social e psicológico do "tradicional" ao "moderno". Todavia, nem todos em uma sociedade são tão "racionalis" quanto os outros, contradizendo a suposição liberal de racionalidade humana universal. O Brasil é ainda um país extremamente excludente (CARNOY, 1988).

2.2 As Duas Grandes Guerras Mundiais e a transição para o Neoliberalismo

Emerge uma querela entre os protecionistas e os livre-cambistas, como expressão das disputas intercapitalistas no Brasil: interesses dos “nacionalistas” e dos “imperialistas” em disputa. O liberalismo das instituições tinha de ser condescendente ao predomínio econômico da aristocracia rural. Após a Primeira

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Guerra Mundial, surgem elementos de efervescência política e cultura com a ascensão dos estratos burgueses: o Tenentismo e o Modernismo. Surge também o Partido Comunista Brasileiro-PCB como a primeira organização partidária do nascente proletariado no Brasil. O Tenentismo com os fundamentos em convergência aos valores da burguesia em ascensão: leis deveriam ser cumpridas, os homens deveriam ser probos na política e as eleições corretas. O Modernismo recheado de elementos de inspiração externa, mas conjugado a ingredientes nativos, inaugura o “novo” em termos culturais no Brasil, com o apoio da burguesia (SODRÉ, 1984).

O Pós-2º Guerra, caracterizado pela forte tensão social, impôs a implementação de políticas públicas. O Estado do Bem-Estar Social é um enfrentamento aos partidos comunistas em ascensão, impulsionando a inclusão social em alguns países. O marxismo tradicional não pensou no Estado do Bem-Estar Social. Houveram consecutivas crises econômicas do capitalismo, acontecidas nos anos de 1970, 1980, 1998 e 2008, que apresentam a democracia como produtora de políticas sociais e contextualiza as tensões que as políticas econômicas do capitalismo exercem sobre direitos, cidadania e trabalho. O sistema neoliberal gera desigualdade, ao retirar do Estado a obrigação em desenvolver políticas sociais (FIORI, 1997).

A alta da inflação promove distorções econômicas e é ocasionada pelo aumento do desemprego, diminuição do consumo e da produtividade. Para diminuir a inflação, a solução apresentada foi promover rendas variáveis fixas e incentivos econômicos por meio de créditos. A crise de 2008 põe fim ao crédito abundante, pois marca o endividamento das famílias e do governo através de amplos déficits públicos e dívidas privadas. O pagamento dessas dívidas é realizado pelo cidadão comum, através de taxas. A capacidade de gestão pública relaciona-se com a incerteza do mercado. A tendência de crescimento econômico se liga ao mercado de matérias-primas e a nova economia da internet. O Brasil é um grande exportador de matéria prima, com pouco desenvolvimento tecnológico (OLIVEIRA; SANTAELLA, 2022).

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



A problemática existente entre inflação e crédito impactou na transição do neoliberalismo na organização do Estado brasileiro. Houveram reformas neoliberais graduais, desde o governo de José Sarney com a promulgação da Constituição de 1988 e a flexibilização até a liberalização econômica e a transição para o neoliberalismo em 1990, sob o governo do presidente Fernando Collor. Os governos dos presidentes Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, através da inserção do Plano Real, protagonizam as principais ações da referida transição brasileira. Com as reformas neoliberais dos anos 1990 transformaram os fundamentos da economia brasileira, implicaram nas relações de classe, o que facilitou a concentração de renda e riqueza. O país perdeu o equilíbrio de pagamentos, estruturalmente dependentes de fluxos internacionais de capital. Liberalizava-se a abertura do país para investimentos e exploração pelo capital estrangeiro nas áreas de navegação, exploração do solo e subsolo, petróleo, telecomunicações e energia, flexibilizando-se o mercado de trabalho. No Brasil, a transição para o neoliberalismo finalizou-se em março de 1999. Tal sistema foi regulado em 2000, pela Lei de Responsabilidade Fiscal (OLIVEIRA; SANTAELLA, 2022).

3 O LIBERALISMO NO CONTEXTO POLÍTICO DO ESTADO NACIONAL

Constitui-se em prerrogativa do Estado o uso da força para a manutenção de sua estrutura social normativa, desde que proporcional e legítimo. A burocracia estrutura internamente o Estado, com relação direta com a política por meio do preenchimento de cargos públicos e na criação de regras que inibam decisões meramente políticas de tais cargos (WEBER, 2015). As teorias do Estado são teorias de política, que refletem a ideologia dos partidos e a ação legislativa. A política está essencialmente dentro do Estado. Essa interferência não somente implica novas leis e seu cumprimento, mas também a função educacional de criação de uma nova moralidade. Teríamos um Estado que é a vontade geral, tal como Locke viu o poder do Estado residindo na cidadania e somente na cidadania. No entanto, Locke e Rousseau concordam que, embora a vontade geral trate as pessoas de forma equitativa, a propriedade “seleciona” os cidadãos (CARNOY, 1988).

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

3.1 A política liberal de planificação econômica no Brasil

A desigualdade de propriedade era crescentemente aceitável para os teóricos burgueses como o preço necessário a pagar pelo aumento da produção. A democracia era necessária somente para limitar os excessos inatos dos funcionários governamentais, não havia controle para excessos econômicos. A política liberal atual reflete tanto a realidade da experiência soviética e da hegemonia capitalista quanto a ausência relativa de uma teoria do Estado no marxismo tradicional. Vivemos uma constante dicotomia entre democracia capitalista e planejamento e controle exercido pelo Estado, com o controle estatal e burocrático da produção (CARNOY, 1988). A noção de democracia se modifica, no momento de formulação das políticas públicas, o povo ganha centralidade ao delimitar, em geral de forma indireta, políticas urgentes e serviços para atender suas necessidades. A participação de setores empresariais substitui, em alguns modelos de consórcio, a participação direta da população ou de organizações representativas (OLIVEIRA; SANTAELLA, 2022).

Os liberais, a exemplo de Hayek, defendem a produção individual e privada como precursora do sucesso na geração de informação, e os indivíduos atuando nos segmentos é que sabem o quê e o quanto deve ser produzido. Admite-se a atuação estatal apenas com uma estrutura legal que reflita a compreensão jurídica da moral do individualismo, com a Ordem Econômica submetida a Ordem Política (HAYEK, 2010). O Estado precisa garantir a reprodução do capital por meio de condições favoráveis. O modelo atual favorece a acumulação industrial e não a acumulação financeira. É necessária uma estrutura que concilie o trabalhador enquanto custo e enquanto consumo, pois a classe média e alta é que investem no mercado externo. A economia precisa das instituições sociais e políticas para o progresso da sociedade humana. É inviável garantir a polarização da política social, urgindo a conjunção entre a atuação do Estado, em termos de acessibilidade, e Medidas Econômicas, em integração (DARDOT, 2021). O *Welfare State* é uma abordagem que força os pesquisadores a saírem dos gastos e contemplarem também o seu conteúdo, entendendo a dicotomia entre programas direcionados *versus* programas

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



universalistas (FIORI, 1997). Para os liberais, a planificação econômica pressupõe a concorrência para a regulação da economia, pois a descoberta de diversas formas de produzir e prestar serviços geraria inovação e maior eficiência na produção de produtos e prestação de serviços. Não se admite que o governo seja capaz de chegar a um equilíbrio entre oferta e demanda, função do mercado (HAYEK, 2010).

3.2 A Cultura de Massa e a Governança como política neoliberal

A Cultura de Massa é marcada por uma forte influência do avanço capitalista no Brasil. Os gostos e preferências do homem moderno são fortemente influenciados pela cultura de massa, influências do imperialismo e da dominação capitalista presentes nas mais diversas expressões do nosso campo cultural, com destaque para o cinema, o rádio, a televisão, a música, o teatro, as artes plásticas, a universidade, a imprensa e literatura (SODRÉ, 1984). O preço seria mensageiro e agregador de informação, sinalizando escolhas e preferências dos consumidores em um sistema que pressupõe a concorrência. Assim, repositório de informações para o funcionamento eficiente da economia, a Racionalidade Limitada defendida por Hayek e outros estudiosos do liberalismo clássico (HAYEK, 2010).

O neoliberalismo surgiu como uma reação ao keynesianismo, justificado pela necessidade de restaurar a rentabilidade do capital, em âmbito global, através do uso sistemático do poder do Estado para instituir imperativos financeiros. O ataque ao estado de bem-estar se articula em torno da ideia de que o crescimento econômico deve ser separado de medidas sociais, sendo a marca principal do neoliberalismo a promoção da concorrência como virtude social. Fomenta-se competição generalizada em todos os níveis de relações sociais e destruição de direitos, regras e instituições. Deste modo, fazendo as vezes do mercado o indivíduo é levado a se comportar como uma empresa (OLIVEIRA; SANTAELLA, 2022).

O neoliberalismo reproduz a base ideológica da economia liberal clássica, que consiste na defesa do máximo de mercado livre com o mínimo de interferência do Estado, apresentado como o caminho para igualdade e prosperidade. A governança, como política neoliberal, é um novo modelo de exercício do poder. Na transição para

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



o neoliberalismo no Brasil vê-se a eficácia e a eficiência governamental vinculadas a noções e a valores mercadológicos e a ascendência da gestão pública empresarial, adequada a liberdade de mercado, por meio da flexibilização de regras e leis, com a defesa ainda de privatizações. Afeta-se as políticas propriamente ditas e a teorização sobre elas. O conceito de participação pode modificar-se ou ganhar contornos mais abstratos, assim como modificam-se os atores que participam nos ciclos de políticas públicas.

Os governos seguintes, encabeçados por Lula e Dilma Roussef, que trazem uma perspectiva supostamente neodesenvolvimentista, mantiveram essa estrutura macroeconômica intacta, com consequências práticas importantes. Representam contraponto às propostas neoliberais implementadas durante o governo de Fernando Collor e aprofundadas por Fernando Henrique Cardoso, ganhando força a ideia de governança que no neoliberalismo se afirma por meio da obtenção de consensos sociais, entre atores dotados de interesses distintos e antagônicos. Nos governos de Michel Temer (2016 a 2018) e Jair Bolsonaro (a partir de 2019) a ideia de governança, nos marcos teórico neoliberais, aprofunda seu processo de legalização, pois aderem a um modelo de neoliberalismo mais clássico, retomando ao modelo do governo de Fernando Henrique Cardoso. As reformas da previdência, do trabalho e o congelamento dos gastos públicos, por vinte anos, por meio da PEC nº 241 de 2016, promovem austeridade fiscal, entre outros.

As críticas ao neoliberalismo sustentam que os custos sociais da dependência do mercado são altos. O investimento social ao invés de bem-estar, objetiva trazer as pessoas para o trabalho e garantir uma renda mínima, assim redirecionada às políticas sociais. Hoje, os países caminham contrariamente ao *Welfare State* clássico. A governança está voltada para o debate público, para a cooperação. Necessita ser percebida em lugar do valor da concorrência neoliberalista que traz à tona questões relacionadas ao papel contemporâneo do Estado, à medida que este procura um equilíbrio entre o papel protagonista de provedor e o papel de coadjuvante, definido pela ideologia liberal (OLIVEIRA; SANTAELLA, 2022).

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



As principais características da governança são: maior controle dos serviços; ressarcimento aos cidadãos por meio de serviços de qualidade; agenda de controle pelos políticos; flexibilização das estruturas burocráticas; aumento da produtividade; elevação da responsabilização dos executores; inovação; participação dos atores não governamentais em todas as fases das políticas públicas e; a conceituação dos níveis de participação. A definição de governança representa um processo de conexão entre os mecanismos de administração com a dimensão política e infraestrutural do contexto político e institucional da democracia. Observa-se uma nova geração de reformas administrativas que objetivam a ação conjunta entre diversos atores, visando soluções inovadoras e desenvolvimento sustentável. Diversas organizações interagem numa relação de interdependência com multiplicidade de processos.

Três elementos constituem a governança: as capacidades estatais para implementação e coordenação; os mecanismos de transparência e *accountability*; e os mecanismos de participação política. Existem três níveis diferentes de participação e interrelação dos atores institucionais: o nível de comunidades; o nível da organização; e o nível das redes e *network*. A participação política e os mecanismos de deliberação tornam legítimo o processo de governança, e permitem equidade de interesses para o processo decisório e contestação dos regimes representativos. Na governança o Estado é coprodutor, possui a obrigação de coordenar parcerias estratégicas fortalecendo a cooperação e os trabalhos conjuntos. Para o Banco Mundial o conceito de governança está ligado ao exercício do poder político através da implementação de políticas públicas de corte neoliberal, incentivando as privatizações ou reestruturações de empresas estatais, entre outras. Neste contexto, a informação ou o acesso à informação, principalmente sobre ações e decisões governamentais, relacionadas à economia, é fonte para o desenvolvimento. O Estado torna-se coprodutor de políticas neoliberalistas.

No Brasil não houve reformas na perspectiva da social democracia. A Constituição de 1988 aproximava-se da perspectiva do *welfare state*, com a ideia de radicalização democrática e reformismo, sob controle das classes dominantes. A

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



governança pública passa a ser apresentada na agenda através do Decreto nº 9.203 de 2017, implantado durante o governo de Michel Temer. O período marca a fragilização da participação institucional, que ocorria através dos conselhos de direitos. Existem críticas sobre esta situação, a participação institucionalizada passou a concentrar-se na temática da gestão pública, como técnica de gestão, tornando-se parte do princípio da boa governança, dissociada do conceito de democracia. Os protestos de 2013 foram influentes para a futura legitimidade do processo de governança liberal no Brasil diante da opinião de uma parcela da população (OLIVEIRA; SANTAELLA, 2022).

A crítica à qualidade da democracia brasileira fundamenta-se num sistema político permeável à corrupção, alheio aos interesses da sociedade e capturado pelos interesses de grandes corporações. No Brasil, a governança surge no contexto federal, planejado e ocupado por cargos da alta gerência federal, num processo de extinção das atividades participativas, por meio de conselhos, com forte influência do neoliberalismo, podendo-se localizar em alguns governos estaduais e municipais a inserção de leis que tratam a governança para suas realidades. Os princípios fundamentais para a governança no Brasil são: capacidade de resposta; integridade; confiabilidade; melhoria regulatória; prestação de contas e responsabilidade; e transparência. As diretrizes gerais, da nova governança pública, permitem a conexão entre mecanismos de administração e a dimensão política e estrutural da democracia. A composição legal da governança, no contexto brasileiro, não atende as necessidades dos movimentos sociais que ocorreram até 2017. O decreto nº 9.901 de 2019 diminui ainda mais a possibilidade de governança, pois diminui o número de membros do comitê, altera sua função e a função dos grupos de trabalho, cuja modificação estabelecida gera o fato que o comitê passa a assessorar apenas a Presidência da República, distanciando-se mais ainda das realidades regionais e locais, conforme o artigo 8º, do Decreto nº 9.901/2019 (OLIVEIRA; SANTAELLA, 2022).

4 O FENÔMENO LIBERALISMO NO BRASIL 2023

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

É necessário refletir sobre como as políticas públicas brasileiras estão sendo implementadas a partir da compreensão da relação entre neoliberalismo e governança. Para isso, deve-se atentar ao surgimento e ao desenvolvimento do neoliberalismo e sua inserção no Brasil a partir dos governos federais, correlacionando com os alicerces históricos e políticas de governança (OLIVEIRA; SANTAELLA, 2022). Enfrenta-se um temor à nivelação social, o que fundamenta repressões a mobilização dos trabalhadores. A política social não é só emancipadora, é também uma pré-condição da eficiência econômica (ANDERSEN, 2011).

No Brasil os governos estão reintroduzindo modelos de políticas neoliberais em paralelo à legitimação da governança como forma de organizar a economia e os estados nacionais, em face de crises econômicas e do definhamento do estado de bem-estar social. No modelo atual de gestão pública e corporativa, destacam-se três teorias da governança: democrática, que impede que as decisões formuladas sejam implementadas por causa dos custos; corporativa, pautada na necessidade de modificar instrumentos legais da instituição a fim de deixá-la confiável e segura para transações financeiras e para divisão dos riscos diversos e; pública, acentuando-se esta última com forte influência do neoliberalismo (OLIVEIRA; SANTAELLA, 2022).

Em termos de participação, tem efetivo papel os Tribunais de Contas no controle de políticas públicas, que se faz sentir com sua orientação no sentido de que tais políticas são um dos campos de crescente atuação do Estado com considerável dispêndio de recursos públicos, denominando-se responsividade a ampla possibilidade de controle dos atos públicos pelo povo, distribuídas em três diferentes espécies de legitimidade, a saber: legitimidade originária; legitimidade corrente e; legitimidade finalística. No primeiro caso, seriam considerados legitimados aqueles que detivessem um título como justificativa do exercício do poder. No segundo, a legitimidade decorreria do desempenho satisfatório de função (LEONI, 2022).

Haveria ainda a definição de legitimação pelo procedimento, na qual a legitimidade não seria a mera concordância individual com o regime vigente, mas pressuporia interações sociais diversas, inclusive com a participação. Em verdade, a

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

legitimidade pressupõe a concordância com as práticas e o poder atribuído a dado governante. Assim, os Poderes Legislativo e Executivo não seriam os únicos legitimados a tomar decisões em nome da sociedade. Outros órgãos, respeitadas as suas funções, e investidos por outros mecanismos legitimadores, podem representar a vontade popular em determinadas matérias. Especialmente em relação aos Tribunais de Contas, que exercem função contramajoritária no que tange aos gastos estatais, essa legitimidade se mostra presente no sentido de evitar que uma suposta vontade popular venha a autorizar dispêndio irregular de recursos públicos. A garantia de direitos constitucionais por meio das políticas públicas tem correlação direta com funções exercidas pelos Tribunais de Contas (LEONI, 2022).

Atualmente, vivemos um período de resgate da do Estado Democrático de Direito, a simbologia da pluralidade é clara, mesmo na cena do Presidente Luís Inácio Lula da Silva subindo a rampa do Palácio do Planalto acompanhado de representantes da diversidade brasileira, em sua posse, em 01 de janeiro de 2023. Neste sentido, em um ideal de sentimento de mundo, já dizia Paulo Freire, na Pedagogia do Oprimido: "*Palavra não é privilégio de algumas pessoas, mas o direito de todos.*" Em verdade, diante da ocupação e depredação dos Prédios dos Três Poderes da República Brasileira, no último dia 08 de janeiro de 2023, mobilizada e organizada por meio das plataformas digitais, urge a organização democrática do ambiente das redes sociais, cada vez mais importante para o debate público e para a própria democracia (CASTRO, 2023).

Foi crucial o papel do grupo de transição do governo das comunicações em uma visão sistêmica e estratégica, unindo esforços com a Advocacia Geral da União-AGU, O Ministério da Justiça e a Secretaria de Comunicação Social para estabelecer procedimentos claros e evitar preventivamente casuísmos ou a necessidade de medidas extremas, como a Intervenção Federal, então vigente. Exemplo de viabilidade da regulação é o da União Europeia, que aprovou a Lei de Mercados Digitais (DMA) e a Lei de Serviços Digitais (DSA). Atualmente, contamos com o

PROMOÇÃO



APOIO



Projeto de Lei 2630. Tratamos da necessidade de responsabilização dos promotores de desinformação e de seus financiadores (MARTINS, 2023).

5 CONCLUSÃO

Conclui-se que há continuidades e permanências entre uma ditadura e uma democracia, pois o autoritarismo pregado pelos neoliberais amplia desigualdades. A guerra civil pode ser conduzida pelo direito e pela lei. A própria linguagem conservou-se por algum tempo dividida em duas: uma, das casas-grandes; outras, das senzalas, o que em certa medida ainda perdura. A inserção do neoliberalismo dentro das políticas públicas corrobora para a restauração da rentabilidade do capital através da reconfiguração das instituições do Estado. O crescimento econômico se separa das medidas sociais e promove crises da democracia.

O conceito de governança associa-se a eficiência de gestão, para mediar a governança democrática. Urge a criação de mecanismos que efetivem as reformas de Estado e a democracia ainda distantes dentro da lógica liberal. No Brasil não se vê processos verdadeiramente participativos e democráticos. A soberania é um dos fundamentos da República Federativa do Brasil, segundo disposto no inciso I do artigo 1º. da Constituição Federal. Deve-se assegurar não só a garantia do equilíbrio ecológico do meio ambiente, mas o desenvolvimento nacional, um dos objetivos da República disposto no art. 3º., inciso II, da Carga Magna. Em termos de desenvolvimento econômico sustentável, ainda há muito trabalho de efetivação de direitos do “povo”.

Alguns países são os principais responsáveis pela insustentabilidade planetária, como os Estados Unidos da América-EUA, expoente neoliberal, as custas da exploração violenta de outros povos da natureza comum. Vislumbra-se futuras incursões analíticas em termos de governança sobre como países mais ricos devem garantir que países mais subdesenvolvidos não sofram com tantas privações, pois autoridades planetárias falam em “Pagar dívida histórica”, tal como em discurso do Presidente Eleito Luiz Inácio Lula da Silva na COP-27, em uma espécie de união e reconstrução “DE DENTRO PARA FORA DO PAÍS”, lema de seu atual governo.

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

REFERÊNCIAS

ANDERSEN, Esping. **As Três Economias Políticas do Welfare State**. São Paulo: Lua Nova, 2011.

CARNOY, Martin. **Estado e Teoria política**. (PUCCAMP). 2. ed. Campinas: Papius, 1988.

CASTRO, Antônio Carlos de Almeida. A rampa e o sentimento de mundo. **IG**, São Paulo, 05 jan. 2023. Disponível em: <https://ultimosegundo.ig.com.br/colunas/colunadokakay/2023-01-05/a-rampa-e-o-sentimento-do-mundo.html>. Acesso em: 13 jan. 2023.

CICLO DE DEBATES OPP UFC 2022: A trajetória de insustentabilidade planetária e a COP-27. Debate apresentado por Fernando José Pires de Sousa. [Fortaleza-CE: s.n], 8 dez. 2022. 1 vídeo (2h 37min 41seg). Publicado pelo canal Observatório de Políticas Públicas UFC. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=AWEYe7equHc>. Acesso em: 08 dez. 2022.

DARDOT, Pierre et al. **A escolha da guerra civil: Uma outra história do neoliberalismo**. 1. ed. São Paulo: Editora Elefante, 2021 [p. 01-27].

FIORI, José Luís. **Estado de Bem-Estar Social: Padrões e Crises**. 7 ed. Rio de Janeiro: Revista Saúde Coletiva, PHYSIS, 1997, p. 129-147.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 35. ed. São Paulo: Editora Nacional, 2005.

FREYRE, Gilberto. 1900-1987. **Casa-grande & senzala: Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil - 1.** / ilustrações em cores de Cícero Dias; desenhos de Antonio Montenegro - 35ª ed. — Rio de Janeiro: Record, 1999.

FREYRE, Gilberto. 1900-1987. **Casa-grande & senzala: Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil - 1.** / ilustrações Cícero Dias e Montenegro / Gilberto Freyre; apresentação de Darcy Ribeiro. — 46ª ed. — Rio de Janeiro: Record, 2002.

HAYEK, Friedrich August Von. **O Caminho da Servidão**. 6. ed. São Paulo: Instituto Ludwig, 2010.

HOLANDA, Sergio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LEONI, Fernanda. A legitimidade democrática e o controle de políticas públicas: o que dizer sobre os Tribunais de Contas. — Vol. 21, n.1 (jan. / jun. 2023). **Revista Controle: doutrina e artigos / Tribunal de Contas do Estado do Ceará**. Fortaleza: TCE-CE, 2022.

MARTINS, Helena. Atos golpistas organizados a partir de redes reforçam a necessidade de regulação das plataformas. **GGN**, São Paulo, 09 jan. 2023. Disponível em: <https://jornalggm.com.br/ crise/ atos-golpistas-organizados-a-partir-de-redes-reforcam-a-necessidade-de-regulacao-das-plataformas/>. Acesso em: 13 jan. 2023.

OLIVEIRA, Antonia Danniele Jeska Torres de; SANTAELLA, Rodrigo. O neoliberalismo e sua influência na governança pública brasileira. — Vol. 21, n.1 (jan. / jun. 2023). **Revista Controle: doutrina e artigos / Tribunal de Contas do Estado do Ceará**. Fortaleza: TCE-CE, 2022.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Síntese de História da Cultura Brasileira**. 16. ed. São Paulo: Difel, 1984.

SOUZA, Jessé. **A Elite do Atraso**. 1 ed. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019.

WEBER, Max. **Ciência e Política: Duas Vocações**. 1 ed. São Paulo: Martin Claret, 2015.

PROMOÇÃO



APOIO